

Questão do voluntariado no “terceiro setor”: expressão da sociedade civil ou tendência de desresponsabilização do Estado na atualidade?

Janaina Lopes do Nascimento Duarte¹
Raquel da Silva Trombini²

Resumo: *Esse artigo trata do trabalho voluntário na atualidade e visa problematizar o estímulo ao voluntariado no atendimento de necessidades sociais, particularmente no Brasil neoliberal após 1990. A questão central que norteia o texto é: como a conjuntura atual, que contribui para a ampliação do “Terceiro Setor”, também estimula o trabalho voluntário na contra a pobreza? O ponto de partida do nosso estudo é a compreensão do trabalho voluntário como um fenômeno inserido na lógica do “Terceiro Setor” diante da conjuntura de reestruturação do capital pós-1970, caracterizando, assim, a transferência de responsabilidades do Estado brasileiro para a sociedade civil. O texto centra-se no debate sobre: a reestruturação capitalista e a contrarreforma do Estado brasileiro; o “Terceiro Setor” e a questão social; a sociedade civil e o voluntariado em questão; por fim, tece algumas considerações sobre o voluntariado, como uma das expressões da tendência contemporânea de desresponsabilização do Estado.*

Palavras-chave: *Capitalismo contemporâneo; “Terceiro Setor”; Questão social; Voluntariado.*

Introdução

A partir do processo de reestruturação do capital pós-1970, ocorreram significativas transformações, fossem elas econômicas, políticas, culturais e sociais, que se tornaram

¹ Professora de Graduação do Departamento de Serviço Social / Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Especialista em Políticas Públicas e Gestão de Serviços Sociais e graduada em Serviço Social, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: janaduarte@unb.br.

² Bacharel em Serviço Social / Universidade de Brasília (UnB). E-mail: raqueltrombini@gmail.com.

essenciais para o entendimento dos processos desencadeados no mundo a partir de então, todas elas conduzidas pelo projeto neoliberal. Uma expressiva mudança na atualidade é o crescimento exacerbado do voluntariado, dentro da lógica do “Terceiro Setor”³, como resultado do estímulo de um Estado reorganizado a partir de um projeto societário que objetiva atender às necessidades de um capitalismo em crise.

O cenário contemporâneo de transformações societárias estabelece um conjunto de determinações que perpassam o chamado “Terceiro Setor”. O contexto neoliberal contribui com o processo real de deslocamento do trato da questão social do Estado para o “Terceiro Setor”, o que institui ações pontuais e focalizadas, transferindo para o voluntariado o dever do Estado, em que é empregado um padrão de enfrentamento às sequelas da questão social, tendo por primazia a perspectiva privada.

Desta forma, o objetivo deste artigo é problematizar o estímulo ao voluntariado, como fenômeno inserido na lógica do “Terceiro Setor” na conjuntura de reestruturação do capital, a partir da crítica a este “Setor”, caracterizando-se na direção da tendência atual de desresponsabilização do Estado no enfrentamento da questão social, particularmente no Brasil após 1990.

1. Reestruturação capitalista e contrarreforma do Estado: o solo que sustenta a lógica do “terceiro setor”

O sistema capitalista, baseado na propriedade privada e na exploração da classe trabalhadora, é fundamentado em crises, pois é por meio delas que o sistema produtor de mercadorias

³ Utilizaremos o termo “Terceiro Setor” sempre entre aspas, devido sua concepção ideológica, baseada na visão segmentada, fragmentada, a-histórica, a-crítica da realidade social que desconsidera os nexos e relações presentes nos aspectos político, econômico, social, cultural da sociabilidade capitalista. Para maiores análises ver Montaña, 2003.

crece e se expande. “Ao capital não convém [...] uma superação de forma permanente das crises e de seus efeitos, porque ele se move e cresce a partir delas [...]” (RAMOS, 2009: 60). A característica expansiva desse sistema leva a crises que apontam algo que precisa ser modificado ou aperfeiçoado, assim, as contradições inerentes ao próprio sistema criam as condições necessárias para o colapso do sistema e, assim, contribuindo para a emergência das crises.

A primeira grande crise do capital, a depressão de 1929/1932, causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, nos preços de ações e em praticamente toda atividade econômica de diversos países no mundo, o que agravou a situação econômica global e redundou na Segunda Guerra Mundial. A partir desse período, confirmou-se a convicção sobre a necessidade de regulação estatal para seu enfrentamento, marcando um momento de longa expansão nas décadas de 1950 e 1960.

Desenvolvendo papel essencial na sociedade nessas décadas, o Estado era ator primordial para a regulação social mediante implementação de políticas sociais, propiciando a acumulação do capital. Em meados de 1960, porém, constatou-se que não atendia mais aos interesses capitalistas naquele contexto, iniciando um processo de retração do Estado, particularmente no âmbito das políticas sociais.

O início dos anos 1970 é marcado por outra crise capitalista clássica de superprodução assinalada por uma época de estagnação, deixando de lado a ideia de que as crises do capital estariam sempre sob controle por meio do intervencionismo do Estado. E, desde então, houve uma dificuldade enorme de o capitalismo contemporâneo escapar ao dilema entre recessão profunda ou inflação acentuada (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

É a partir desta grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando o mundo capitalista caiu numa longa e profunda recessão, que as ideias neoliberais passaram a ganhar

espaço. Era preciso uma disciplina orçamentária com a contenção dos gastos com bem-estar, a restauração da taxa “natural” de desemprego e a redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995) para reaver o crescimento.

A atual conjuntura capitalista pós-1970 é determinada pelo processo de reestruturação do capital que consiste em um novo modelo estratégico de acumulação, buscando a superação de sua crise contemporânea e a manutenção da sua hegemonia. Esse processo se particulariza pela retração de direitos sociais, redução do investimento estatal em políticas sociais públicas, bem como pela privatização de serviços sociais, com forte tendência à focalização em detrimento da lógica da universalização, conduzindo um processo de remercantilização e refilantropização do enfrentamento da questão social. A tendência geral é a de redução de direitos, em que as políticas sociais são transformadas em ações pontuais e compensatórias (BEHRING, 2003).

O presente momento é marcado por muitas mudanças que atingem também o mundo do trabalho e o padrão de intervenção do Estado, afetando os países de capitalismo central e periférico, situando nesse último o Brasil.

A sociedade contemporânea é engendrada por uma redefinição no modelo de desenvolvimento das forças produtivas, que tem como consequência a constituição de alterações significativas no mundo do trabalho, caracterizado pelo trabalho temporário e terceirizado, pelo desemprego estrutural, pela fragmentação e fragilização da classe trabalhadora, pela debilitação do poder sindical e por estatutos precários de trabalho e emprego.

Entende-se que estamos na presença de uma regressão, de uma perda de direitos adquiridos pelos trabalhadores, os quais eram garantidos a partir de políticas sociais públicas. Agora, o grande capital, agindo de forma mundializada, põe em marcha uma série de ajustes e transformações econômicas, políticas e sociais, com apoio incondicional do Estado, particularmente

alterando o padrão de enfrentamento da questão social. Na verdade, na conjuntura de reestruturação da sociabilidade do capital, o Estado tem uma função estratégica definida que o direciona, a partir dos princípios neoliberais, a uma reforma ou contrarreforma, segundo os interesses de superação da crise e da necessidade de reorganização capitalista.

Nesse contexto, desencadearam-se as primeiras medidas para reduzir o Estado brasileiro e realizar a ruptura com o passado intervencionista, sobretudo a partir da privatização, da liberalização comercial e da abertura da economia a fim de reorganizá-lo em função dos interesses do capital, uma vez que o Estado, que historicamente sempre interveio no processo econômico capitalista, está “a serviço de franjas burguesas” (NETTO, 2009: 24).

Emergindo de forma mais contundente nos anos 1990, as alterações na órbita do Estado concretizaram para o Brasil um sistema residual seletivo, conferindo às políticas sociais apenas a função compensatória e paliativa, revertendo, portanto, todas as conquistas adquiridas na década de 1980. Segundo Montañó (2008: 29), a contrarreforma “está articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social da ‘lógica democrática’ e passando para a ‘lógica da concorrência’ do mercado”.

Chama-se contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), pois se entende que a Reforma do Estado (alteração da sua forma de intervenção na sociedade) nesse período foi uma estratégia de retirar o Estado de suas funções produtivas; na verdade, foi uma forma de regressão de conquistas da classe trabalhadora brasileira.

O Estado, que era a base responsável pelo provimento das políticas sociais, vem transferindo, especialmente a partir da década de 1990, responsabilidades para organismos da sociedade

civil⁴, resgatando a lógica liberal de que o bem-estar compete ao âmbito privado.

Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço de interesses privados articulados no bloco do poder contraditoriamente conclama-se, sob inspiração neoliberal, a necessidade de reduzir a ação do Estado ante a questão social mediante a restrição de gastos sociais [...]. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, em nome dos interesses do grande capital financeiro [...]. (IAMAMOTO, 2001: 20).

Essa desresponsabilização do Estado diante das políticas sociais é observada na ampliação da atuação do “Terceiro Setor” no lócus do tratamento da questão social, pautado em um discurso de competência das suas entidades para “transformar a realidade”, “resolver problemas sociais”, a partir de uma tentativa de despolitizar, deseconomicizar e desistoricizar a totalidade social. O objetivo central é desarticular a realidade, obscurecer conflitos sociais, remanejar as ações do Estado na direção dos interesses contemporâneos do capitalismo em crise.

2. O “terceiro setor” e sua localização no projeto neoliberal

O modo de produção e reprodução capitalista, como um sistema que se caracteriza pela contradição, em que não há igualdade e se constitui como resultado do antagonismo e

⁴ Há um debate acerca de seus conceitos. Na atualidade, a sociedade civil é entendida como uma forma de representação homogênea da sociedade na gestão do Estado (AMARAL, 2008), que significa um movimento de afastamento do Estado de suas responsabilidades sociais.

conflito entre o proletariado e a burguesia, manifesta, assim, a questão social.

A ‘questão social’ na sociedade capitalista tem sua gênese nos problemas sociais a serem resolvidos nas diferentes formações sociais pré-capitalistas, mas sua origem data da segunda metade do século XIX, quando a classe operária faz sua aparição no cenário político na Europa Ocidental; em definitivo quando a ‘questão social’ torna-se uma questão eminentemente política. Por isso afirmamos que a ‘questão social’ que tem sua raiz na sociedade capitalista deve ser pensada como parte constitutiva dessa sociedade que nos diferentes estágios produz distintas manifestações (PASTORINI, 2010: 106-107).

O surgimento da questão social está atrelado à contradição capital *versus* trabalho; em outros termos, é uma consequência originada pelo domínio do modo capitalista de produção, quando desvenda as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, assim como aponta a centralidade da luta pelos direitos da maioria da população, ou, como os homens resistem à subalternização e à dominação política e econômica. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009: 77),

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

A questão social é uma categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção. Contradição, esta, fundada na produção e apropriação da riqueza

gerada socialmente: produção da riqueza pelos trabalhadores e a apropriação pelos capitalistas, gerando as desigualdades e as expressões da questão social.

Na entrada dos anos 1970, exauriu-se o momento de expansão do capitalismo, e, assim, foram verificadas profundas modificações nas formas de produção e de gestão do trabalho perante as novas exigências do mercado capitalista, transformando as relações Estado e sociedade e, conseqüentemente, manifestando novas expressões da questão social, com acirramento da desigualdade social.

O projeto neoliberal ganha força na década de 1990, alterando a condição de direito das políticas sociais e assistenciais, de caráter universalista, com igualdade de acesso, fundada na base da solidariedade e responsabilidade social. Nesta direção, a trajetória eleita como estratégica é a transferência de responsabilidade com o social do âmbito público/estatal para o âmbito privado, particularmente para o “Terceiro Setor”. Caracteriza-se um “novo trato à questão social”, ou uma nova forma de atender às suas expressões: não mais com o Estado como principal interventor, mas a partir da própria sociedade, longe da perspectiva do direito social. O Estado, dirigido pelos governos neoliberais, afasta-se parcialmente da intervenção social, pois ele é subsidiador e promotor do processo ideológico de ‘transferência’ da ação social para o ‘terceiro setor’ (MONTAÑO, 2002).

É então que “Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade” (YAZBECK, 2001: 37). Essas respostas à questão social não instituiriam direitos, mas ações filantrópicas/voluntárias, descontínuas e segmentadas, em que a universalização é renunciada para dar lugar à focalização e à descentralização, em que a “solidariedade social” passa a ser localizada e pontual no âmbito do “Terceiro Setor”.

Observa-se uma clara tendência de deslocamento das ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais. Esse deslocamento da satisfação das necessidades da esfera do direito público para o direito privado ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos, que hoje está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social (IAMAMOTO, 2001: 24-25).

O “Terceiro Setor” ganha espaço especialmente a partir de 1990, contribuindo para a chamada refilantropização da questão social, que se dá na transferência para a sociedade civil das responsabilidades sociais mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas. Este “Setor” “se caracteriza pela negação tanto do lucro quanto do poder de Estado” (ALMEIDA, 2004: 98).

O Estado, dirigido pelos governos neoliberais, se afasta parcialmente da intervenção social, porém, ele é subsidiador e promotor do processo ideológico de ‘transferência’ da ação social para o ‘terceiro setor’ (MONTAÑO, 2002?: 7).

Muitas pessoas carregam, sem fazer a crítica, a ideia de que grande parte da solução da pobreza e miséria que aflige o mundo atual está nas mãos das organizações deste “Setor” que se apropria da prestação de serviços, explora o voluntariado e contribui para a destruição das políticas sociais públicas, fundamentadas na lógica dos direitos sociais. Porém, ele traz consigo outra resposta às necessidades sociais: ao invés de ser uma responsabilidade de todos e um direito do cidadão, transpõe-

se agora – a partir da apropriação pelo capitalismo de valores como a solidariedade – como opção do voluntário na ajuda ao próximo (MONTAÑO, 2008).

[...] o que é chamado de ‘terceiro setor’, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidade) para a função social de resposta à ‘questão social’, seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua (MONTAÑO, 2002?: 186).

A abordagem neoliberal de resposta às expressões da questão social, que versa por um trato passageiro e emergencial, não resolve os problemas e não atua nos alicerces da questão, não dando respostas consistentes e abrangentes. Essa vertente implica em “perpétua dependência dos setores carentes por este tipo de resposta, consolida as desigualdades sociais preexistentes, elimina a política social como direito do cidadão e até fomenta o clientelismo” (MONTAÑO, 2008: 195).

A questão social brasileira, como expressão de relações de classe, é despolitizada em seu reconhecimento, desqualificando-a como questão pública, política, nacional. A privatização e a transferência para o “Terceiro Setor” das respostas às sequelas da questão social têm como uma das consequências um processo de multifragmentação das políticas sociais, em que sua implementação se dá em nível privado, em geral, destinadas a pequenas parcelas da população e de forma descoordenada.

O Estado ser responsável pela resposta à questão social significa que toda a sociedade tem esse dever, mediante o financiamento compulsório. Porém, com a privatização dos serviços sociais, a obrigação deixa de ser da sociedade e passa a ser dos próprios usuários desses serviços, na medida em que o capital deixa de ser obrigado a cofinanciar as políticas sociais

estatais. “O capital, assim, se desonera da contribuição compulsória. Sua intervenção na ‘ação social’ assume a forma voluntária de ‘doação’ (segundo sua ‘consciência cidadã’ e sua ‘responsabilidade social’), não de obrigação” (MONTAÑO, 2002?: 8).

As modalidades de resposta à questão social fundamentadas no projeto neoliberal – filantropia, focalização – dependem de fundos públicos para seu funcionamento. Essa transferência é chamada de “parceria” entre o Estado e a sociedade civil; ela se fundamenta na prestação de serviços precários e focalizados por parte do “Terceiro Setor”, em que o Estado tem menos gastos na medida em que não desenvolve políticas sociais universais permanentes e de qualidade. De acordo com Pereira (2004: 135-136), “em vez da prevalência de relações hierárquicas, em que o Estado assumia o protagonismo, seriam instituídas relações horizontais em que esse Estado passaria a fazer parte de um esquema plural ou misto na condição de co-responsável ou parceiro”.

Como parte integrante desta lógica perversa, há a metamorfose/ressignificação do conceito de sociedade civil em “Terceiro Setor”, sendo considerados sinônimos na atualidade. Segundo Almeida (2004), isto não ocorre por acaso, pois, na verdade, expressa uma disputa das principais forças sociais em torno da apropriação de conceitos estratégicos em defesa dos interesses capitalista contemporâneos. O objetivo central é camuflar conflitos de classe e obscurecer a real dinâmica societária. Na realidade, busca-se a adesão da classe trabalhadora às reformas necessárias ao capital em tempos de crise e o estímulo à participação de todos nessas mudanças, assim como a disseminação de que os recursos do Estado são insuficientes para prover as necessidades sociais.

3. A “participação” da sociedade civil: o voluntariado em questão

O conceito gramsciano de sociedade civil⁵ recupera uma abordagem política e é assentado na ideia de conflitos de classe em seu interior, ou seja, na disputa pela hegemonia. Sociedade civil se caracteriza como “uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010: 43).

No Brasil, o conceito de sociedade civil ganhou tamanha proporção a partir do final da ditadura militar⁶, em que vários segmentos da sociedade começaram a se organizar para reivindicar seus direitos (TONET, 1997). Nesta época, sociedade civil indicava o espaço “civil” na luta contra o Estado ditatorial a partir de movimentos populares. Dessa maneira, o objetivo era fortalecer a sociedade civil para enfraquecer e erradicar o Estado militarizado, em uma clara oposição entre Estado e Sociedade.

Na atual conjuntura neoliberal, este termo é utilizado como espaço da representação “homogênea dos interesses populares”, porém, é funcional às ideologias neoliberais, em que fortalecer a sociedade civil significa enfraquecer e diminuir o Estado em suas responsabilidades sociais (DURIGUETTO, 2005), ou seja, significa a manutenção da hegemonia do capitalismo contemporâneo.

A ideia disseminada é a de que a sociedade civil, na condição de partícipe, colabora com o Estado na execução de políticas sociais, pois conforme Amaral (2008, p. 89): “O apelo à

⁵ Este estudo baseia-se nas concepções gramscianas sobre sociedade civil.

⁶ Cabe destacar que não é que a sociedade apenas passe a se organizar a partir deste período, na verdade ela sempre existiu, o que se alteram são as possibilidades de organização ou reorganização desta mesma sociedade em torno da defesa dos interesses populares, particularmente neste momento sociohistórico final da ditadura e processo particular de redemocratização do país.

colaboração com o propósito de legitimar as ações estatais e integrar a sociedade à ordem dominante é uma das principais estratégias que se constroem para neutralizar os conflitos e apagar as diferenças de projetos societários”, assim, o debate central sobre a luta de classes na atualidade é desconsiderado.

Particularmente nas últimas décadas, o conceito de sociedade civil tem sido utilizado com o mesmo significado de “Terceiro Setor”, passando a representar tudo o que não é Estado, nem mercado, na medida em que se volta para a produção de bens e serviços considerados públicos.

Chama atenção a tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil. Esta passa a ser reduzida a um conjunto de organizações – as chamadas entidades civis sem fins lucrativos –, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e ‘complementares’, destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços de solidariedade. Salienta-se a coesão social e um forte apelo moral ao ‘bem comum’, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas, onde o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes (IAMAMOTO, 2001, p. 25).

A sociedade civil, como “Terceiro Setor” na contemporaneidade, é considerada como não governamental, não lucrativa, organizada, independente e mobiliza a ação voluntária das pessoas, em que a relação Estado e mercado é transformada pela presença das associações voluntárias (ALMEIDA, 2004). A gratidão, a lealdade, a caridade, o amor, a compaixão e a solidariedade, por exemplo, em uma ideia individualizada, palavras-chave que mobilizam as iniciativas do “Terceiro Setor”,

deixam de lado a perspectiva de solidariedade coletiva e direito social, estimulando o voluntariado na atualidade.

Desvelando esta sobreposição (sociedade civil/“Terceiro Setor”), Almeida (2004) revela que a versão de “Terceiro Setor”, como uma “esfera virtuosa e homogênea”, despolitiza o conceito de sociedade civil, sendo perpassada de um conteúdo fortemente anti-estatal o que reforça a ideia de um “Estado satanizado e em crise”, sendo incapaz de assumir o enfrentamento da questão social; este argumento justificaria ideologicamente a emergência e ampliação do chamado “Terceiro Setor”.

O enfrentamento da desigualdade passa a ser tarefa da sociedade, transposta pelo “Terceiro Setor”, caracterizado pela defesa de alternativas privatistas. São colocadas em cena práticas filantrópicas e de benemerência, ganhando referência a transferência à sociedade civil no âmbito das respostas às sequelas da questão social. Cabe salientar que “a filantropia no Brasil está enraizada em nossa história trazendo em seu bojo o trabalho voluntário” (YAZBECK, 2002, p. 414) e, a partir disto, as práticas solidárias vêm assumindo uma posição de crescente relevância no país nas últimas décadas, confirmando o deslocamento de ações públicas estatais para iniciativas privadas.

Com o fortalecimento da sociedade civil, como sinônimo de “Terceiro Setor”, ocorreu uma explosão no surgimento de associações cujas atividades-fins baseiam-se em trabalhos de cunho social, educacional e cultural. A onda de “assocacionismo” (CASTRO; PÉREZ; SILVA, 2009) engendrou um clima propício ao engajamento em ações voluntárias.

É facilmente observável que a dimensão, visibilidade e protagonismo assumidos pelo Terceiro Setor, no âmbito da solidariedade social, resultam em grande parte do trabalho voluntário, pois, sem dúvida, a filantropia e a provisão assistencial têm sido, ao longo da história, campo de valores como o altruísmo, o solidarismo e da ação voluntária. (YAZBECK, 2002, p. 419).

Em face das transformações societárias da atual conjuntura, novos valores, objetivos e demandas sociais são (im)postos como diferentes formas de participação social. Isso se dá na atuação do voluntariado, marcada pela lógica da solidariedade como postura ético-política frente às injustiças e desigualdades sociais; na verdade, constituem-se como concepções ideológicas que buscam sedimentar consensos e mistificar a realidade contraditória e complexa em tempos de crise e reestruturação do capital.

O discurso do sentimento de solidariedade presente no voluntariado, na atual conjuntura, deve ser afirmado como um valor nas relações sociais frente à tendência privatizante e individualista do nosso tempo (CASTRO; PÉREZ; SILVA, 2009). Este sentimento seria uma resposta do indivíduo que se posiciona como tendo a ver com o estado geral das coisas à sua volta. A concepção que atravessa o voluntariado é a de que as pessoas podem fazer alguma coisa e que as situações de injustiça não podem ser simplesmente deixadas para outros resolverem; é necessário que todos se responsabilizem; é um discurso ideológico e funcional ao momento atual do capitalismo.

A figura do voluntário pode em muito contribuir com a vida em sociedade, sendo inclusive necessária à convivência coletiva. Entretanto, a questão central na atualidade é o uso e o forte apelo ao voluntariado como forma de participação da sociedade civil/“Terceiro Setor” a partir da eliminação dos interesses de classe e das necessidades contemporâneas do capital em crise. Em síntese, o trabalho voluntário contribui para reiterar a atual desresponsabilização do Estado no encaminhamento das políticas sociais, além de contribuir para despolitizar e refilantropizar o enfrentamento da questão social e obscurecer os reais processos sociais prejudiciais para a classe trabalhadora.

O voluntário é, na concepção que prevalece nos dias de hoje, o cidadão que, motivado pelos valores da

solidariedade e da participação social, doa seu tempo, seu trabalho e seus talentos, de modo espontâneo e não remunerado, para causas de interesse comunitário, humanitário e social. A construção da cidadania apresenta-se como parte das motivações para que os cidadãos assumam responsabilidades sociais na vida em sociedade (YAZBECK, 2002, p. 420).

O capital se apropria da ideia de que a ação voluntária, particularmente entre a própria classe trabalhadora, muitas vezes é realizada a fim de se gerar resultados positivos para os que se engajam neste tipo de atuação, na medida em que pode ser útil para a sociedade, como algo feito com a aspiração de recompensa e satisfação que se espalha para toda a sociedade, independente da sua situação de classe (uma solidariedade transclassista). O sentimento do voluntário é o de “tarefa cumprida”, por mais que as ações voluntárias sejam pontuais e imediatas. Isso nada mais é que a afirmação de que cada vez mais se tende ao individualismo dentro da sociedade: a satisfação de uma necessidade subjetiva e individual, em detrimento do sentido coletivo da ação.

O voluntariado expressa e reforça a fusão público/privado⁷ nas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. Desta forma, lidamos com um processo de desuniversalização dos serviços sociais e a localização dos direitos constitucionalmente garantidos no campo da solidariedade individual.

Como afirma Bonfim (2010), analisando a “cultura do voluntariado” no Brasil, as ações voluntárias atuais são exercidas em sua maioria por meio das organizações do “Terceiro Setor”. Tais instituições, na maioria das vezes, desenvolvem atividades focalizadas e fragmentadas, pois grande parte depende de recursos financeiros externos, como doações individuais e/ou

⁷ É próprio do capitalismo monopolista a fusão do público e do privado como elemento inerente à acumulação do capital.

recursos estatais, e, assim, mostram-se propícias às práticas assistencialistas e clientelistas.

Bonfim (2010) defende uma determinada cultura ou lógica do voluntariado⁸ na direção de uma sociedade onde os indivíduos desenvolvem atividades voluntárias buscando o bem comum, baseando-se em princípios como igualdades e justiça, estabelecendo, assim, essa cultura. A autora afirma ter, neste caso, um objetivo a ser projetado por todos aqueles que procuram a construção de uma sociedade igualitária, sem exploração do homem pelo homem. Cita os exemplos de Cuba e Portugal que acabaram com o analfabetismo por meio do voluntariado. Dessa forma, essa cultura do voluntariado, neste sentido, pode ser muito importante na promoção de mudanças significativas em uma sociedade.

Porém, no Brasil, na atual conjuntura, a funcionalidade da “cultura do voluntariado” é outra. De acordo com Bonfim (2010), a lógica capitalista se apropria de valores como a solidariedade e de motivações individuais (religiosas, por situações de desemprego) para mistificar uma “cultura do voluntariado” necessária para o enfrentamento de um “novo” padrão de intervenção social.

Algumas pessoas poderiam se perguntar se não seria natural o voluntariado na contemporaneidade de caos social. O objetivo neste artigo não é negar a sensibilização dos sujeitos diante do quadro social brasileiro atual. O fato é que esta situação contém um forte componente ideológico, em que está relacionada a um projeto societário que não objetiva a superação das sequelas da questão social no âmbito da contradição capital/trabalho. No entanto, esta alternativa, o voluntariado, traz o conforto de que alguma coisa esteja sendo feita, criando um

⁸ A autora, no decorrer de seu livro, faz a crítica à “cultura do voluntariado” (com aspas) se referindo ao voluntariado na atualidade no Brasil, de maneira funcional ao sistema capitalista. Porém, quando se refere à cultura do voluntariado (sem aspas), aborda o voluntário como papel essencial nas mudanças em uma sociedade, quando atua visando ao bem comum sem estar de acordo com a lógica neoliberal.

consenso em sua defesa, bem como desonera o Estado da sua intervenção a partir da lógica do direito social.

O problema principal – e que constitui a essência da ‘cultura do voluntariado’ na atualidade – é que a ênfase na ação voluntária faz com que as mais variadas motivações sejam canalizadas numa única direção, ou seja, num projeto de sociedade que objetiva simplesmente amenizar ou mesmo administrar as sequelas da questão social (BONFIM, 2010, p. 88).

O enfrentamento da crise, nas suas dimensões econômica, política, social e moral, tem sido a justificativa para conciliar o retorno à lógica do mercado com valores como o amor ao próximo, a compaixão, a generosidade, a solidariedade, entre outros: nesta perspectiva, encontra-se o estímulo contemporâneo à ideia do voluntariado.

O objetivo do capital nada mais é que transferir responsabilidades sociais para o campo do “Terceiro Setor” (por fora da órbita do Estado) e, conseqüentemente, estimular o voluntariado a fim de transpor para estas tarefas que seriam dever do Estado, tirando o foco das grandes alterações sócio-políticas, em andamento, destrutivas para a classe trabalhadora e favoráveis ao capitalismo em sua fase atual. As alternativas passam a ser condicionadas a um reordenamento moral da sociedade. Assim é que o combate às sequelas da questão social, que na ordem monopólica foi tomado como campo de responsabilidade e de intervenção estatal, passa a ter, no contexto atual, a perspectiva privada como alternativa predominante.

O fundamental no debate não se encontra nas ações voluntárias em si, mas em como isso se torna funcional ao capital na atualidade. É necessário, desta forma, perceber as peculiaridades deste fenômeno na sociedade brasileira, observando as contradições que o envolvem e o constituem. Quando as responsabilidades sociais são transferidas para organismos privados, o objetivo é que a classe burguesa,

redirecione o processo de reprodução social para permitir o alcance de seus interesses e a manutenção de sua hegemonia.

O trabalho voluntário ganhou tamanha proporção na contemporaneidade que até foi instituída uma lei federal sobre o serviço voluntário no ano de 1998. Essa lei é a de número 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Ela define o serviço voluntário em seu primeiro artigo como:

[...] a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (BRASIL, 1998).

Na mesma direção, no âmbito do Distrito Federal, foi criada uma lei instituindo o voluntariado em que “qualquer cidadão, maior de dezesseis anos de idade poderá se inscrever como voluntário para prestar serviços junto aos diferentes órgãos do Poder Executivo” (BRASIL, 2004). Isso nos faz asseverar o estímulo estatal ao serviço voluntário e sua desresponsabilização com a sociedade.

É nessa conjuntura que a ‘cultura do voluntariado’ encontra terreno fértil para se desenvolver e se consolidar. Ela passa a ser um elemento importante desse ‘novo’ padrão de enfrentamento das sequelas da questão social, que prioriza as parcerias entre Estado e ‘sociedade civil’, onde a fronteira entre o público e o privado torna-se cada vez mais tênue (BONFIM, 2010, p. 101).

Muitos autores (outra perspectiva teórico-metodológica) acreditam e defendem que o incentivo às atividades voluntárias se dá a partir do amadurecimento da sociedade civil/“Terceiro Setor”, ou da consciência cidadã para a melhoria do bem comum ou até mesmo do fortalecimento da democracia. Porém, esse estímulo, principalmente estatal, como vimos, “está relacionado a

um conjunto de determinações de ordem econômica, política e ideológica presentes na sociedade brasileira” (BONFIM, 2010, p. 14).

A ênfase no voluntariado indica uma tendência geral no que se refere ao enfrentamento da crise do capital. A “cultura da crise” (BONFIM, 2010) prolifera a ideia de que todos estão sendo apenados com a crise mundial e que a saída desta requer ajuda mútua. Assim, a atividade voluntária aparece como principal recurso para a resolução dos problemas sociais tão exaltados diante da conjuntura de crise.

Vale ressaltar que a mídia como principal divulgadora do voluntariado, os discursos em prol da solidariedade e o aparato jurídico – leis sobre o voluntariado – são elementos fundamentais na ratificação, expansão e efetivação da “cultura do voluntariado”.

O desenvolvimento desta “cultura” se compõe como um dos elementos necessários à atual fase de reestruturação do capital e, desta forma, necessários à construção de uma nova sociabilidade. Sua divulgação se deve ao poder dos meios de comunicação em propagar e estimular o voluntariado no Brasil, por mais que valores como a solidariedade não tenham nada a ver com a lógica individualista do capitalismo.

Uma questão bastante crucial na atualidade em relação às instituições do “Terceiro Setor” tem sido a possibilidade de acesso ao fundo público, por meios diversos. Em uma clara adesão às teses neoliberais do Estado, os financiamentos públicos a estas instituições configuram-se como subsídios em troca de serviços prestados, em um processo de cooperação estabelecida, mediante um contrato, configurando uma rede sócio-assistencial formalmente credenciada para a prestação de serviços sociais: são as chamadas parcerias público-privado que se constituem como um grande processo de privatização da coisa pública.

Essas respostas à questão social não instituem direitos, e sim ações filantrópicas/voluntárias, descontínuas, sem ampla abrangência, sem controle social, sem garantia de recursos efetivos, inseridas em uma lógica privada. O “Terceiro Setor”

contribui com a dinâmica capitalista de enfrentamento da crise atual, colaborando com o processo de reestruturação do capital, mediante práticas voluntárias e filantrópicas que se constituem de forma funcional ao capital, em tempos de crise e reestruturação.

Desta forma, parte-se do princípio de que o estímulo estatal contribui muito para o aumento do voluntariado na contemporaneidade, desconstruindo direitos conquistados, isentando o capital da responsabilidade com a gênese da questão social e fragilizando a classe trabalhadora.

Para além de considerações finais!

Todas as configurações da sociedade contemporânea são frutos de um sistema que tem por primazia a propriedade privada e a exploração de uma classe sobre a outra, constituindo-se como sociedade capitalista em um novo estágio de desenvolvimento.

Os acontecimentos que reconfiguram o novo cenário mundial e a ofensiva neoliberal para a constituição de outro regime de acumulação, a partir de 1970, foram geridos desde a crise capitalista do modelo econômico do pós-Segunda Guerra Mundial.

O êxito do neoliberalismo trouxe consigo diversas consequências, por exemplo, no mundo do trabalho, nas políticas sociais, na transferência de responsabilidades sociais do Estado para o chamado “Terceiro Setor” e ampliação do “[...] voluntariado, que gradativamente passou a ganhar expressão no rastro da expansão do ideário neoliberal e da desregulamentação do mercado” (PEREIRA, 2004, p. 138). Desta forma, o entendimento é de que se apresenta uma regressão dos direitos sociais, em que o capital engendra diversas transformações, incluindo alterações no padrão de intervenção do Estado.

Essas mudanças na atual sociedade são produto, também, de um Estado, que diante da condição de disputa de projetos societários, atua na consolidação hegemônica do capital em seu

papel central no processo de desregulação e Reforma do Estado, também denominada de contrarreforma estatal. Isto se dá a partir de medidas para reduzir o Estado e realizar a ruptura com o passado intervencionista para reorganizá-lo em função dos interesses atuais do capital. “O Estado burguês [...] experimenta um redimensionamento considerável. A mudança mais imediata é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas funções legitimadoras” (NETTO, 1996, p. 99).

Assim, o papel do “Terceiro Setor” diante da atual conjuntura capitalista visa à redução ou eliminação da intervenção estatal em diversas áreas e atividades. A redução estatal no enfrentamento das sequelas da questão social estimula a ampliação do “Terceiro Setor”, sendo propagada como algo positivo diante do projeto neoliberal, no cometimento do “novo trato à questão social”. O problema se encontra no tipo de resposta oferecido por este “Setor”: ao invés de ser dever de todos e direito do cidadão, transpõe-se agora – a partir da apropriação pelo capitalismo – de valores como a solidariedade, o trabalho voluntário, a ajuda ao próximo.

Cabe salientar que “Terceiro Setor”, na visão hegemônica, é difundido como sinônimo de sociedade civil com a finalidade de disfarçar a luta de classes em seu interior e, a partir do momento em que se estabelece uma identidade entre sociedade civil e “Terceiro Setor”, passa-se a relacioná-la ao sentimento de solidariedade entre todos, como se todos tivessem e lutassem pelos mesmos interesses, não havendo conflito e contradições. Assim, a ação voluntária das pessoas é mobilizada e utilizada como uma das estratégias para retirar, ou reduzir fortemente, o Estado de sua atuação no campo das políticas sociais e transferi-las para outras entidades da sociedade civil/“Terceiro Setor”.

A ampliação da atuação das entidades do “Terceiro Setor” caracteriza a gestão privada de recursos públicos e a permanência de um modelo de solidariedade individual: o voluntariado. Portanto, o trabalho voluntário contribui com o processo atual de desresponsabilização do Estado no tratamento da questão social,

por meio das políticas sociais, além de despolitizar e refilantropizar as respostas às expressões contemporâneas da questão social, a partir da apropriação pelo capital de sentimentos e valores como a solidariedade. Isto pode ocasionar a desuniversalização dos serviços sociais e a localização dos direitos constitucionalmente garantidos na arena da solidariedade individual.

Não há dúvidas de que o voluntariado pode contribuir de diversas maneiras na vida em sociedade, porém, o debate se situa não na atuação voluntária em si, mas no forte apelo que se faz para estimulá-lo como maneira de participação da sociedade civil/“Terceiro Setor”, na medida em que se torna funcional ao capital no momento atual.

A finalidade deste estudo não foi recusar a sensibilização dos sujeitos diante do atual quadro de desigualdade social, mas sim apresentar reflexões acerca do estímulo ao voluntariado como elemento necessário à atual fase de reestruturação do capital e, desta forma, fundamental à consolidação da hegemonia do capitalista.

É necessário refletir e desvelar que o sistema capitalista mistifica vários conceitos da atualidade, inclusive o do voluntariado, em prol dos seus interesses reais. Portanto, pode-se afirmar que a questão do voluntariado inserido na lógica do “terceiro setor” se constitui como uma das expressões da tendência contemporânea de desresponsabilização do Estado a favor das necessidades do capital em tempos de crise e reestruturação.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Érica T. Vieira. Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 80, p.94-110, 2004.

AMARAL, Ângela Santana do. **A categoria sociedade civil na tradição liberal e marxista.** In: MOTA, Ana Elizabete (org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo.** In: SADER; GENTILI (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 9-37.

BEHRING, Elaine Rossetti. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 73, p. 101-119, 2003.

BONFIM, Paula. **A “cultura do voluntariado” no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade.** São Paulo, Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 5).

BRASIL. **Lei nº 3.506, de 20 de dezembro de 2004.** Cria o voluntariado junto ao serviço público do Distrito Federal e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

CASTRO, Lucia Rabello de.; PÉREZ, Beatriz Corsino; SILVA, Conceição Firmina Seixas. “Trabalho solidário”: em busca de outros valores para a participação política. In: **Revista Praia Vermelha.** Rio de Janeiro, v. 19, nº 1, p. 109-124, jan/jun. 2009.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social nas organizações não governamentais: tendências e particularidades.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 81, p. 82-101, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. In: Revista Temporalis. Brasília, Ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e em Serviço Social – ABEPSS).

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 29. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1. ed., São Paulo, Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v.5).

_____. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Disponível em <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf>. [2002?]. Acesso em 11 de maio de 2011.

_____. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5. ed., São Paulo, Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed., São Paulo, Cortez, 2009.

_____. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed., São Paulo, Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época; v. 17).

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo**. In: Política Social: Alternativas ao Neoliberalismo / organizadores: Ivanete Boschetti, Potyara A. P. Pereira, Maria Auxiliadora César, Denise B. B. de Carvalho. – Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

RAMOS, Maria Helena Rauta. A crise atual do capitalismo: crise cíclica ou estrutural? In: *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro, v. 19, nº 1, p. 49-66, jan/junho. 2009.

TROMBINI, Raquel da Silva. **O voluntariado no “Terceiro Setor”: a desresponsabilização do Estado na atualidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, Brasília, 2011.

YAZBECK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**. Brasília, Ano 2, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e em Serviço Social – ABEPSS).

_____, Maria Carmelita. **Política social – assistência social e filantropia**. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; DEMO, Pedro; SOUSA, Nair Bicalho de (org.). *Novos paradigmas da política social*. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002.

Recebido em 22/05/2013 e
aceito em 10/10/2013.

Title: *Question of volunteers in the "third sector": expression of civil society or the state disclaimer trend nowadays?*

Abstract: *The article is about of the volunteer work at the present time and intends to show the problem of the stimulus to volunteer actions in the assistance of social needs, particularly in Brazil neoliberal after 1990. The central matter of this text is: How does the actual conjuncture, that contributes for the enlargement of the "Third Sector", also stimulate the voluntary work in the fight scope against the poverty? The starting point of our study is the comprehension of the voluntary work as a phenomenon inserted in the logic of the "Third Sector" in front of the capital restructuring conjuncture post-1970, characterizing, this way, the responsibilities transfer of the State for the civil society. The text centers in the debate about: the capitalist restructuring and the counter reform of the Brazilian State; the "Third Sector" and the social question; the civil society and volunteer work at issue; finally, tell about some considerations on volunteer work, as one of the expressions of the contemporary tendency of extinguish the responsibility of the State.*

Keywords: *Contemporary capitalism; "Third Sector"; Social question; Volunteering.*
